

Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas

31 DE DEZEMBRO DE 2023

Relatório da Administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil ("BACEN"), a Administração do Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "Mercado Crédito SCFI S.A.") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas, as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo de 31 de dezembro de 2023.

A criação da Mercado Crédito SCFI S.A. tem por objetivo oferecer crédito por meio digital aos comerciantes e consumidores do Mercado Livre e usuários da instituição de Pagamento Mercado Pago, utilizando a sinergia das plataformas existentes do marketplaces e meios de pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A Administração reforça a oportunidade de democratizar o acesso ao crédito no país e ao comércio eletrônico através da oferta de produtos que buscam complementar seus negócios, expandir o relacionamento e melhorar ainda mais a experiência de seus clientes provendo inclusão financeira de forma rápida, eficiente e segura.

A vantagem competitiva da Companhia está no marketplace Mercado Livre e a plataforma de pagamentos do Mercado Pago que formam um ecossistema maduro, de porte e com um número significativo de usuários (empresas e pessoas), fortalecendo o engajamento dos clientes e trazendo soluções financeiras de ponta a ponta.

O plano de negócio da Mercado Crédito SCFI S.A. prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos.

Em 09 de novembro de 2020, a Companhia recebeu a autorização do BACEN para atuar como sociedade de crédito, financiamento e investimento de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

A Administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de fazer frente a todas as suas obrigações e executa suas operações conforme os objetivos estratégicos estabelecidos no plano de negócios da companhia.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Osasco, 26 de março de 2024.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Srs. Administradores da
Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis--

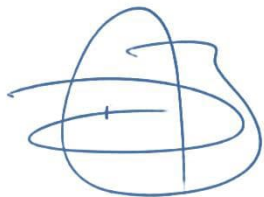
Continuação

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Rui Borges
Contador CRC-SP207135/O

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores em R\$ mil)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/23</u>	<u>31/12/22</u>
ATIVO			
Disponibilidades	4	1.377	2.590
Instrumentos financeiros		7.583.067	7.204.170
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	426.664	297.839
Instrumentos financeiros derivativos ativos	5b	3.869	-
Títulos e valores mobiliários	5a	4.148.884	4.743.393
Operações de crédito	6	2.178.593	1.576.455
Outros Ativos a Receber	7	825.057	586.483
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6	(1.207.752)	(1.105.877)
Outros créditos		984	65.059
Ativos fiscais diferidos	14	423.621	340.597
TOTAL DO ATIVO		6.801.297	6.506.539
PASSIVO			
Instrumentos financeiros		6.146.635	5.969.339
Depósitos	8	4.728.096	5.199.860
Obrigações por empréstimo	10	1.044.547	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	8	40.360	588.406
Instrumentos financeiros derivativos passivos	5b	17.931	-
Outros passivos diversos	9.a	315.701	181.073
Outras obrigações	9.b	12.403	7.783
Obrigações fiscais diferidas	14	210	120
TOTAL DO PASSIVO		6.159.248	5.977.242
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		1.265.000	1.015.000
Capital social integralizado	11	1.265.000	1.115.000
Capital social à realizar		-	(100.000)
Outros resultados abrangentes		315	179
Prejuízos acumulados		(623.266)	(485.882)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		642.049	529.297
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.801.297	6.506.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores em R\$ mil, exceto o prejuízo por ação)

		2º Semestre		
	Notas	2023	31/12/23	31/12/22
Receita de intermediação financeira		1.206.788	1.962.685	1.315.778
Rendas de operações de crédito		906.946	1.303.282	744.689
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		299.842	659.403	571.089
Despesa de intermediação financeira		(370.925)	(781.712)	(646.969)
Despesas com juros e similares		(329.032)	(738.100)	(646.969)
Resultado de variação cambial		(139)	(64)	-
Obrigações por empréstimos		(27.693)	(29.487)	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(14.061)	(14.061)	-
Resultado de intermediação financeira antes da provisão de operações de crédito		835.863	1.180.973	668.809
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(614.156)	(1.169.939)	(1.146.128)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12	221.707	11.034	(477.319)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(258.492)	(231.442)	(250.322)
Receitas de prestação de serviços		7.956	183.520	23.531
Despesas de pessoal		(25.684)	(49.836)	(33.286)
Outras despesas administrativas	13.a	(699)	(1.227)	(2.218)
Despesas tributárias	13.b	(37.873)	(63.673)	(32.350)
Outras despesas operacionais	13.c	(202.192)	(300.226)	(205.999)
RESULTADO OPERACIONAL		(36.785)	(220.408)	(727.641)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		(36.785)	(220.408)	(727.641)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14	9.584	83.024	290.639
Imposto de renda corrente		-	-	(121)
Contribuição social corrente		-	-	(97)
Imposto de renda e contribuição social diferido		9.584	83.024	290.857
PREJUÍZO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO		(27.201)	(137.384)	(437.002)
Quantidade de ações		1.115.000.000	1.265.000.000	1.115.000.000
Prejuízo básico e diluído por ação		(0,02)	(0,11)	(0,39)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE****SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022****(Valores em R\$ mil)**

	2º Semestre 2023	31/12/23	31/12/22
<u>Prejuízo do semestre e exercício</u>	<u>(27.201)</u>	<u>(137.384)</u>	<u>(437.002)</u>
Outros resultados abrangentes			
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
<u>Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda</u>	<u>(102)</u>	<u>136</u>	<u>112</u>
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(169)	226	181
Imposto sobre valor justo dos títulos disponíveis para venda	67	(90)	(69)
<u>Varição de outros resultados abrangentes</u>	<u>(102)</u>	<u>136</u>	<u>112</u>
<u>Resultado abrangente líquido do semestre e exercício</u>	<u>(27.303)</u>	<u>(137.248)</u>	<u>(436.890)</u>



MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores em R\$ mil)

	Notas	Capital Realizado	Aumento de Capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 12/2021		165.000	-	67	(48.880)	116.187
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		-	-	112	-	112
Aumento de capital	11	950.000	(100.000)	-	-	850.000
Prejuízo do Exercício		-	-	-	(437.002)	(437.002)
SALDO EM 12/2022		1.115.000	(100.000)	179	(485.882)	529.297
					-	
SALDO EM 12/2022		1.115.000	(100.000)	179	(485.882)	529.297
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		-	-	136	-	136
Aumento de capital	11	150.000	100.000	-	-	250.000
Prejuízo do Exercício		-	-	-	(137.384)	(137.384)
SALDO EM 12/2023		1.265.000	-	315	(623.266)	642.049
					-	
SALDO EM 06/2023		1.115.000	-	417	(596.065)	519.352
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários		-	-	(102)	-	(102)
Aumento de capital	11	150.000	-	-	-	150.000
Prejuízo do semestre		-	-	-	(27.201)	(27.201)
SALDO EM 12/2023		1.265.000	-	315	(623.266)	642.049

MERCADO CRÉDITO SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores em R\$ mil)

	2º Semestre 2023	31/12/23	31/12/22
Prejuízo do semestre e exercício	(27.202)	(137.384)	(437.002)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	613.257	1.169.939	982.450
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.584)	(83.024)	(290.857)
Provisão das obrigações por empréstimo	27.873	27.873	-
Variação Cambial por empréstimos	1.614	1.614	-
Total ajustes de reconciliação	605.958	979.018	254.591
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais			
Títulos e valores mobiliários e derivativos	(272.391)	608.797	(1.356.206)
Operações de crédito	(878.450)	(1.670.202)	(1.272.539)
Outros créditos e outros ativos a receber	(436.542)	(174.498)	(473.567)
Depósitos	736.980	(471.764)	1.934.481
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	(597.136)	(548.046)	72.488
Outras obrigações e passivos diversos	60.020	139.247	200.125
Pagamento de juros por empréstimos	-	-	(73.257)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(781.561)	(1.137.448)	(713.884)
Captação de empréstimos	1.015.060	1.015.060	-
Capital Integralizado	150.000	250.000	850.000
Fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento	1.165.060	1.265.060	850.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	383.499	127.612	136.116
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do semestre/exercício	44.542	300.429	164.313
No final do semestre/exercício	428.041	428.041	300.429
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	383.499	127.612	136.116

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Valores em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Companhia" ou "SCFI") é uma sociedade anônima fechada inscrita no CNPJ 37.679.449/0001-38. A Companhia tem sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 3.003, Parte G, Bonfim, CEP 06233-903 e pode, por deliberação da diretoria, criar, transferir ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do Brasil ou no exterior, em conformidade com a legislação aplicável. A Companhia tem por objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas pelas leis e demais normas aplicáveis as entidades do seu escopo, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil. O plano de negócio da SCFI é oferecer crédito de forma digital para pessoas jurídicas e pessoas físicas que já sejam usuárias da plataforma de marketplace do Mercado Livre e da instituição de pagamento Mercado Pago. Basicamente, a oferta de crédito para tais clientes será feita em duas modalidades: capital de giro e crédito direto ao consumidor. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. A Companhia terá como controlador final a MercadoLibre.INC, sediada nos Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ: 05.528.233/0001-85.

A Companhia foi constituída em 24 de abril de 2020 e obteve, em 09 de novembro de 2020, a autorização para atuar como instituição de crédito, financiamento e Investimento, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar os procedimentos aplicáveis, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN. A Companhia registrou prejuízo líquido no exercício findo em 2022 e 2023, entretanto, a entidade opera no contexto operacional do conglomerado Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. formando parte do conjunto de decisões estratégicas do Grupo MercadoLibre.INC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na legislação societária brasileira, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("BACEN"), quando aplicáveis. A apresentação destas demonstrações financeiras está de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF") e os pronunciamentos contábeis aprovados pelo BACEN.

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para créditos e iii) reconhecimento de créditos tributários, entre outros.

A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 02. A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A segregação de circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração em 26 de março de 2024.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado;
- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos (“accrual”) são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e

- Mantidos até o vencimento: nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários e derivativos é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela SCFI, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

d) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

e) Operações de créditos

A carteira de crédito inclui as operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados pro rata dia até a data do balanço.

f) Provisão para perdas associadas a operações de crédito

A análise da provisão para perdas associadas a operações de crédito concedidas pela SCFI é realizada a partir da avaliação da classificação do atraso, de forma individual ou coletiva, estabelecida na Resolução nº 2.682, de 21/12/1999, do CMN. A Administração exerce seu julgamento na avaliação da adequação dos montantes de perda esperada resultantes de modelos, conforme sua experiência.

g) Depósitos

Os depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos são reconhecidos com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base "pro rata temporis".

h) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido;
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração com base nas melhores estimativas, levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhecem uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui valores de contingências.

i) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.
- Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

A alíquota vigente para as operações é de 41%, devida pelas pessoas jurídicas no País sobre lucros tributáveis, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” diretamente no Patrimônio Líquido.

j) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

l) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, determinou a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

m) Resultados por ação

O resultado por ação da Companhia é calculado dividindo-se o resultado líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações totais no final do semestre e exercício.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de Caixa

	31.12.2023	31.12.2022
Disponibilidades - Depósitos bancários	1.377	2.590
Aplicações Interfinanceiras de liquidez (i)	426.664	297.839
Total	428.041	300.429

(i) São aplicações em operações compromissadas, sendo operações overnight com prazo médio de vencimento até 30 dias. As operações compromissadas são com títulos públicos federais, pré e pós fixadas e possuem taxas entre 11,55% à 11,65%.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 os títulos e valores mobiliários foram classificados como “Disponível para Venda”:

	31.12.2023		31.12.2022
	Custo Amortizado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	3.845.041	3.845.041	4.475.362
Cédulas de crédito bancário - CCB (i)	3.845.041	3.845.041	4.475.362
Títulos públicos	303.317	303.843	268.031
Letra Financeira do Tesouro - LFT	303.317	303.843	268.031
Total	4.148.358	4.148.884	4.743.393

	31.12.2023		
	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	Valor de Mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	3.845.041	-	3.845.041
Cédulas de crédito bancário - CCB	3.845.041	-	3.845.041
Títulos públicos	267.926	35.917	303.843
Letra Financeira do Tesouro - LFT	267.926	35.917	303.843
Total	4.112.967	35.917	4.148.884
Circulante			4.112.967
Não circulante			35.917

	31.12.2022		
	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	Valor de Mercado
Títulos de Renda Fixa			
Títulos privados	4.475.362	-	4.475.362
Cédulas de crédito bancário - CCB	4.475.362	-	4.475.362
Títulos públicos	-	268.031	268.031
Letra Financeira do Tesouro - LFT	-	268.031	268.031
Total	4.475.362	268.031	4.743.393
Circulante			4.475.362
Não circulante			268.031

(i) As cédulas de crédito bancário são emitidas pela parte relacionada Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. Vide nota 15.

b) Instrumentos financeiros derivativos:

O Mercado Crédito participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias de suas operações, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

O valor justo dos swaps é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado, refletindo os fatores de risco adequados e observados no mercado. Segregação por tipo de contrato, contraparte e notional:

Tipo de contrato	31.12.2023	
	Ativo	Passivo
Swap	3.869	(17.931)
Total	3.869	(17.931)

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos de Swap possuem vencimentos em 01 de agosto de 2024 e 19 de novembro de 2024.

Contratos	31.12.2023					Valor Justo
	Custo Amortizado			Valor de Mercado		
	Valor de Referência	Curva Ativa	Curva Passiva	Ponta Ativa	Ponta Passiva	
Swap USD x CDI (i)	1.015.060	1.040.280	1.058.211	1.044.150	1.058.211	(14.062)
Total	1.015.060	1.040.280	1.058.211	1.044.150	1.058.211	(14.062)

(i) A companhia possui risco a mercado gerado por variação cambial decorrente de contratação de empréstimo indexado a moeda estrangeira. Para gerenciar este risco, o Mercado Crédito contrata swap com ponta ativa na mesma moeda e passiva por um indexador atrelado a % CDI.

A companhia não possuía posição em swap em 31 de dezembro de 2022.

Hedge de Risco de Mercado

A estratégia de hedge de risco de mercado do Mercado Crédito consiste em estrutura de proteção à variação no risco de mercado, em pagamento de juros relativos a passivos reconhecidos. A estratégia de Hedge de Risco de Mercado que a companhia possui consiste em designar swap de Moeda Estrangeira + Cupom versus % CDI como instrumento derivativo em estrutura de Hedge Accounting de valor justo, tendo como item objeto operação de empréstimo em moeda estrangeira.

Em hedge de risco de mercado, os resultados, tanto sobre instrumentos de hedge quanto sobre os objetos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Estratégias Contratos de Swap	31.12.2023			
	Instrumentos de Hedge		Objeto	
	Valor de Referência (Notional)	Marcação a Mercado	Valor de Referência (Notional)	Marcação a Mercado
Hedge de Risco de Mercado USD x BRL (i)	1.040.280	3.869	1.040.280	(3.869)

(i) A Mercado Crédito possui estratégia de hedge de risco de mercado, cujo objeto é um passivo de sua carteira, razão pela qual demonstramos a ponta ativa dos respectivos instrumentos, assim, a efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/2002.

A companhia não possuía hedge de risco de mercado em 31 de dezembro de 2022.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Saldo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 das operações de crédito contratadas no Sistema Financeiro Nacional:

(a) Composição da carteira de crédito e abertura por contraparte:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Modalidade de crédito				
Crédito pessoal	689.993	(223.265)	73.901	(10.408)
Cartão de crédito	1.288.884	(898.179)	1.406.214	(1.082.742)
Capital de Giro	84.299	(41.463)	48.530	(7.353)
Financiamentos	115.417	(44.845)	47.810	(5.374)
Total	2.178.593	(1.207.752)	1.576.455	(1.105.877)
Circulante	2.060.903	(1.207.752)	1.566.613	(1.105.877)
Não Circulante	117.690	-	9.842	-
Contraparte:				
	31.12.2023		31.12.2022	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Pessoa física	2.094.294	(1.166.289)	1.527.907	(1.098.521)
Pessoa jurídica	84.299	(41.463)	48.548	(7.356)
	2.178.593	(1.207.752)	1.576.455	(1.105.877)

(b) Composição das operações de crédito por vencimento:

	31.12.2023	31.12.2022
Curso Normal		
Parcelas a vencer	1.051.968	426.951
até 3 meses	530.942	293.390
3 a 6 meses	215.182	67.763
6 a 12 meses	188.154	55.956
acima de 12 meses	117.690	9.842
Curso Anormal		
Parcelas vencidas	1.126.625	1.149.504
Até 14 dias	91.625	67.330
até 3 meses	295.220	205.165
3 a 6 meses	296.264	335.879
6 a 12 meses	443.516	541.130
Total	2.178.593	1.576.455

(c) Classificação da carteira das operações de crédito:

Nível	31.12.2023			31.12.2022		
	Curso Normal	Curso Anormal	Total	Curso Normal	Curso Anormal	Total
C	834.736	47	834.783	311.906	479	312.385
D	16.395	2.580	18.975	70.884	1.152	72.036
E	25.795	35.135	60.930	13.424	40.265	53.689
F	52.256	90.461	142.717	17.060	51.862	68.922
G	96.528	485.632	582.160	13.582	514.597	528.179
H	26.258	512.770	539.028	95	541.149	541.244
Total	1.051.968	1.126.625	2.178.593	426.951	1.149.504	1.576.455

(d) Classificação da provisão por fator de risco das operações de crédito:

31.12.2023				
Nível	%Provisão Mínima Requerida	Requerida	Adicional	Total
C	3%	(25.043)	(31.987)	(57.030)
D	10%	(1.897)	(2.564)	(4.461)
E	30%	(18.279)	(1.103)	(19.382)
F	50%	(71.359)	(5.325)	(76.684)
G	70%	(407.514)	(103.656)	(511.170)
H	100%	(539.025)	-	(539.025)
Total		(1.063.117)	(144.635)	(1.207.752)

31.12.2022				
Nível	%Provisão Mínima Requerida	Requerida	Adicional	Total
C	3%	(9.371)	(15.181)	(24.552)
D	10%	(7.203)	(1.415)	(8.618)
E	30%	(16.106)	(5.526)	(21.632)
F	50%	(34.461)	(5.945)	(40.406)
G	70%	(369.725)	(99.700)	(469.425)
H	100%	(541.244)	-	(541.244)
Total		(978.110)	(127.767)	(1.105.877)

Para gestão do risco de crédito, a Companhia utiliza modelos internos de avaliação das suas operações de crédito. A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao mínimo requerido pela regulamentação vigente. A provisão requerida segue com base a Resolução 2.682/99 do CMN.

(e) Movimentação da Provisão para Perdas associadas ao Risco de Crédito

	31.12.2023	31.12.2022
Saldo Inicial 31.12.2022	(1.105.877)	(123.428)
Constituições/Recuperações/renegociação de crédito	(1.169.939)	(1.146.128)
Baixas para prejuízo	1.068.064	163.679
Saldo Final 31.12.2023	(1.207.752)	(1.105.877)

Em 31 de Dezembro de 2023, a carteira de crédito inclui R\$45.306 (PDD - R\$42.805) referente a operações renegociadas (31 de Dezembro de 2022 - R\$33.450 com PDD - R\$22.242). Houve recuperação de créditos baixados para prejuízo no valor de R\$ 141.795, no período findo em 31 de dezembro de 2023 (2022 - R\$ 2.059).

7. OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2023	31.12.2022
Valores a receber – Ligadas (i)	429.720	547.102
Outros créditos (ii)	395.337	39.381
Total	825.057	586.483
Outros Créditos - Circulante	825.057	586.483

(i) São constituídos pelos valores a receber com ligadas e outros créditos a receber referente à operações de crédito que estão em processo de liquidação financeira junto aos bancos liquidantes e ligadas. Vide nota 15.

(ii) Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui montante de R\$ 318.475 como outros créditos com partes relacionadas

8. DEPÓSITOS

(a) Composição dos depósitos:

	31.12.2023	31.12.2022
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI	950.661	235.168
Certificado Depósito Bancário - CDB	3.777.435	4.964.692
Letra Financeira - LF	40.360	588.406
Total	4.768.456	5.788.266
Circulante	3.877.380	5.630.631
Não circulante	891.076	157.635

(b) Composição dos depósitos por prazo de vencimento:

	31.12.2023			Total
	Até 3 Meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)	950.661	-	-	950.661
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii) (iv)	2.565.158	321.201	891.076	3.777.435
Letra Financeira - LF (iii)	1.282	39.078	-	40.360
Total	3.517.101	360.279	891.076	4.768.456
	31.12.2022			Total
	Até 3 Meses	De 3 meses a 12 meses	Acima de 12 meses	
Certificado Depósito Interfinanceiro - CDI (i)	235.168	-	-	235.168
Certificado Depósito Bancário - CDB (ii) (iv)	2.962.402	1.845.778	156.512	4.964.692
Letra Financeira - LF (iii)	-	587.283	1.123	588.406
Total	3.197.570	2.433.061	157.635	5.788.266

(i) Em 31 de dezembro 2023, os certificados de depósitos interfinanceiros são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) de 106%a.a..

(ii) Em 31 de dezembro de 2023, os certificados de depósitos bancário pós fixados são indexados a percentuais da taxa referencial de juros (DI) que variam entre 98,5% à 200%a.a.. Os certificados de depósitos pré-fixados, as taxas de juros variam entre 9,9% à 14,2%a.a..

(iii) Em 31 de dezembro de 2023, as letras financeiras são indexados a 100% do percentual da taxa referencial de juros (DI) mais taxa nominal pré-fixada que varia de 1,0% à 1,4 %a.a..

(iv) Em 31 de dezembro 2023, a Mercado Crédito não possui emissão de CDB com parte relacionada (em 31 de dezembro de 2022 - R\$1.044). Vide nota 15.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PASSIVOS

a) Diversas

	31.12.2023	31.12.2022
Valores a pagar de sociedades ligadas (i)	311.363	179.824
Credores diversos - país	2.443	1.249
Provisão para pagamentos a efetuar	1.895	-
Total	315.701	181.073

(i) São constituídos por valores a pagar de curto prazo a entidades ligadas, substancialmente referente a repasse de liquidação da carteira de crédito. Vide nota 15.

b) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2023	31.12.2022
Impostos e contribuições a recolher	<u>12.403</u>	<u>7.783</u>
Total	12.403	7.783

c) Total de outras obrigações e passivos

	31.12.2023	31.12.2022
Total de outras obrigações e passivos	<u>328.104</u>	<u>188.856</u>
Circulante	328.104	188.856

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO

a) Composição de obrigações por empréstimos

	31.12.2023
Em moeda estrangeira	<u>1.044.547</u>
Total	1.044.547

A companhia não possuía operações de empréstimo em 31 de dezembro de 2022

b) Movimentação dos empréstimos

	31.12.2022		Captações		Pagamentos		31.12.2023
	Saldo Final	Principal	Juros apropriados e variação cambial	Juros	Principal	Juros	Saldo Final
Empréstimos	-	1.015.060	29.487	-	-	-	1.044.547
	-	1.015.060	29.487	-	-	-	1.044.547

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia é de R\$ 1.265.000 representados por 1.265.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$1.265.000. São assim distribuídas:

	%	31.12.2023	%	31.12.2022
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda	50,01%	632.626.500	50,01%	557.611.500
Mercadopago, LLC	49,99%	632.373.500	49,99%	557.388.500
Total	100%	1.265.000.000	100%	1.115.000.000

Em AGE de 24 de fevereiro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$300.000 mediante a emissão de 300.000.000 de ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 11 de março de 2022.

Em AGE de 05 de julho de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$150.000 mediante a emissão de 150.000.000 de ações. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 03 de agosto de 2022.

Em AGE de 31 de outubro de 2022, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$ 500.000 mediante a emissão de 500.000.000 de ações sendo totalmente subscrito nesta data. Deste montante, foram totalmente integralizados R\$ 400.000 e 100.000 deverão ser integralizadas no prazo de até 1 ano. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 13 de dezembro de 2022. Em 26 de abril de 2023, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI a integralização e subscrição das 100.000 cotas.

Em AGE de 11 de setembro de 2023, foi aprovada pelos sócios representantes da totalidade do capital social da SCFI, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$ 150.000 mediante a emissão de 150.000.000 de ações sendo totalmente subscrito nesta data. Deste montante, foram totalmente integralizados R\$ 75.000 e 75.000 deverão ser integralizadas no prazo de até 1 ano. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 20 de outubro de 2023. Em 01 de dezembro de 2023, foi integralizado o restante do valor aprovado em 11 de setembro de 2023, no valor de R\$ 75.000 equivalentes a 75.000.000 ações ordinárias.

12. RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Rendas de operações de crédito	1.303.282	744.689
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	659.403	571.089
Despesas com juros e similares (i)	(738.100)	(810.647)
Resultado de variação cambial	(64)	-
Obrigações por empréstimos	(29.487)	-
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(14.061)	-
Perdas e provisão associadas a operações de crédito (ii)	(1.169.939)	(982.450)
Total	11.034	(477.319)

(i) Em 31 de dezembro de 2023, as despesas com o Fundo Garantidor de Crédito são no montante de R\$ 10.572.

(ii) Em 31 de dezembro de 2023, as despesas com as perdas associadas as operações de crédito são no montante de R\$ 1.067.800 (R\$ 163.678 em 2022).

13. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras despesas administrativas

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Despesa com processamento de dados (i)	(313)	(941)
Despesa com serviços técnicos especializados	(310)	(1.036)
Outras despesas administrativas	(604)	(241)
Total	(1.227)	(2.218)

(i) Trata-se especificamente de licenças e manutenção com sistemas de processamento de dados.

b) Despesas tributárias

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Despesa de contribuição ao COFINS	(54.471)	(26.322)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(8.852)	(4.277)
Outras despesas tributárias	(350)	(1.751)
Total	(63.673)	(32.350)

c) Outras despesas operacionais

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Outras despesas operacionais (i)	(300.226)	(205.999)

(i) Trata-se substancialmente de serviços de cobranças de crédito, rateio de custos entre as empresas do mesmo conglomerado e multas e custos com prevenção a fraude relacionados a operação.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no exercício:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(220.408)	(727.641)
Alíquota vigente	40%	41%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	88.163	298.333
Efeito de itens permanentes		
Diferença alteração de alíquota	-	(7.272)
Outras adições e exclusões	(5.139)	(422)
Despesa de IRPJ e CSLL	83.024	290.639

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	<u>31.12.2022</u>	<u>Constituição e Realização</u>	<u>31.12.2023</u>
Impostos diferidos ativos sobre:			
Provisão para perdas associadas a operações de crédito e prejuízo fiscal	227.460	82.391	422.988
Contas a pagar – provisões	113.137	4	4
Provisão para bônus	-	629	629
Outras Provisões - MTM	(120)	(90)	(210)
Total	340.477	82.934	423.411
Ativo Fiscal Diferido Ativo	340.597	83.024	423.621
Passivo Fiscal Diferido Passivo	(120)	(90)	(210)
Total	340.477	82.934	423.411

c) Prazo de realização do crédito tributário:

	2024	Total
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos	423.411	423.411

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2023 é de R\$378.391 (R\$299.320 em 2022).

15. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2023, a SCFI manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	31.12.2023			
	Valores a Receber	Valores a Pagar	Receitas	Despesas
Ebazar.com.br Ltda.	259	(558)	-	(2.595)
Mercadolivre.com Atividades de Internet Ltda.	-	(3.641)	-	(58.082)
Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. (i)	4.592.977	(304.118)	610.173	(129.980)
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda.	-	(146)	-	-
Mercado Credito II Brasil FIDC Não Padronizados - FIDC CITI	-	8	-	-
Seller Fundo De Investimento Em Direitos Creditórios	-	-	8.441	-
Mercado Credito I Brasil FIDC NP (Goldman Sachs)	-	(2.908)	-	-
Total	4.593.236	(311.363)	618.614	(190.657)

	31.12.2022			
	Valores a Receber	Valores a Pagar	Receitas	Despesas
Ebazar.com.br Ltda.	-	(273)	-	(3.196)
Mercadolivre.com Atividades de Internet Ltda.	-	(5.267)	-	(44.098)
Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. (i)	5.022.464	(174.138)	276.357	(167.014)
Mercado Crédito Holding Financeira Ltda.	-	(146)	-	-
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Arandu	-	(1.044)	-	(77)
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - FIM	-	-	-	(495)
Mercado Credito FIDC Não Padronizados - NP	-	-	-	(6.744)
Total	5.022.464	(180.868)	276.357	(221.624)

(i) Tratam-se de outros créditos com ligadas no montante de R\$ 318.475 (em 31 de dezembro de 2022 - R\$547.102 - vide nota 7), cédula de crédito bancário no valor de R\$3.845.041 (vide nota 5) e valores a receber com ligadas no montante de R\$ 429.641 vide nota 7. Não houve remuneração paga aos administradores na SCFI nos exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022.

As operações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais ou apresentam outras desvantagens.

16. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme quadro abaixo, os instrumentos financeiros foram classificados em 31 de dezembro de 2023 através de hierarquia utilizando o método de mensuração dos ativos:

Ativo	31.12.2023			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	426.664	-	-	426.664
Letra do Tesouro Nacional - LTN	131.528	-	-	131.528
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	493	-	-	493
Nota do Tesouro Nacional - NTN	294.643	-	-	294.643
Títulos e Valores Mobiliários	303.843	3.845.041	-	4.148.884
Títulos privados	-	3.845.041	-	3.845.041
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	3.845.041	-	3.845.041
Títulos públicos	303.843	-	-	303.843
Letra Financeira do Tesouro - LFT	303.843	-	-	303.843
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.869	-	3.869
Swap	-	3.869	-	3.869
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	-	(17.931)	-	(17.931)
Swap	-	(17.931)	-	(17.931)

Ativo	31.12.2022			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	297.839	-	-	297.839
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	95.806	-	-	95.806
Nota do Tesouro Nacional - NTN	202.033	-	-	202.033
Títulos e Valores Mobiliários	268.031	4.475.362	-	4.743.393
Títulos privados	-	4.475.362	-	4.475.362
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	4.475.362	-	4.475.362
Títulos públicos	268.031	-	-	268.031
Letra Financeira do Tesouro - LFT	268.031	-	-	268.031

Nos exercícios findos de dezembro de 2023 e de 2022 não ocorreram transferências entre níveis de mensuração dos instrumentos financeiros.

17. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Resolução CMN 4.557/17, a Companhia adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades das Instituições e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os principais riscos (Liquidez, Crédito, Mercado e Operacional) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados e mitigados. A instituição possui uma política corporativa de Riscos, a qual engloba o apetite por risco (RAS) e define a estrutura e as diretrizes a serem adotadas por toda empresa, conforme exigido pelos reguladores locais. O Apetite por Riscos (RAS) é uma definição realizada pela alta administração, de modo a determinar o nível máximo e o tipo de risco que a instituição está disposta a assumir, considerando o nível de gestão de risco atual, para alcançar os objetivos estratégicos. A gestão de riscos busca identificar, analisar, mensurar, gerenciar e comunicar os riscos financeiros relevantes da Instituição por meio de um conjunto de métricas e limites, combinando modelos complementares de avaliação, buscando capturar uma visão ampla das perdas financeiras ou insuficiência de capital a qual a Instituição está sujeita.

A gestão de riscos da Instituição possui uma estrutura de governança e acompanhamento de riscos por meio do estabelecimento do Comitê de Riscos e Compliance. Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>).

Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: I - fraudes internas; II - fraudes externas; III - demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; IV - práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; V - danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; VI - situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; VII - falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); VIII - falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com Resolução CMN 4.557/17, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de disclosure.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de:

- i) não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- ii) a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos diários para avaliação do nível de liquidez frente os fluxos de caixa futuros em diferentes horizontes de tempo e considerando cenários de estresse ou sistêmicos.

Risco de mercado

Busca mensurar o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, verificando continuamente a aderência às políticas e limites preestabelecidos, e dentre as métricas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a gerenciamento do IRRBB e risco de taxa a instituição, utiliza como principais metodologias para gestão do risco a sensibilidade do DeltaEve e o Var Paramétrico.

Os resultados são apresentados mensalmente pela área de riscos financeiros através em um dashboard reportado para a alta gestão local e corporativa e as principais variações e limites de controles são discutidos em reunião com as principais áreas envolvidas, procurando sempre proteger a instituição das volatilidade do mercado que possam afetar sua exposição ao IRRBB.

Risco de crédito

Definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a: i) ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados; ii) à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; iii) às vantagens concedidas na renegociação e iv) à reestruturação de instrumentos financeiros; e aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. O risco primário da atividade resume-se à possibilidade de inadimplência de operações de Cartão de Crédito. A estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeitas ao risco de crédito, em aderência à resolução CMN 4.677/18, e limites para concessão de crédito à Partes Relacionadas, em aderência à resolução 4.693/18. A estrutura possui também procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos. A gestão de risco de crédito tem como objetivo garantir níveis adequados de exposição creditícia, tanto a nível de contraparte quanto a nível de segmentação e portfólio, buscando minimizar perdas e assegurar uma alocação eficiente dos recursos, proporcionando maior solidez e solvência à Instituição.

Gestão de Capital

O Bacen determina às instituições financeiras reguladas a manutenção de um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. Segundo as regras estabelecidas pelas Resoluções BCB 197/2022 até BCB 202/2022 entradas em vigência em 01 de julho de 2023, a apuração dos índices de capital é calculada de forma consolidada com base nas informações do Conglomerado Prudencial, que tenham como líder uma instituição de pagamento e sejam integrados por instituição financeira ou demais instituições autorizadas. A Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A é integrante do conglomerado prudencial composto pela líder Mercado Pago Instituição de Pagamento Ltda. A definição do cálculo é estabelecida pelas resoluções citadas e como demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Patrimônio de Referência (PR)	2.304.998	469.086
Nível I	2.304.998	469.086
Capital Principal	2.304.998	469.086
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	15.414.807	1.073.301
Risco de Crédito (RWA Cpad)	9.861.130	783.441
Risco Operacional (RWA Opad)	-	289.860
Serviços de Pagamentos (RWAsp)	5.431.782	-
Risco de Mercado (RWAm pad)	121.895	-
PR Mínimo Requerido	1.040.499	85.864
Margem PR	1.264.499	383.222
Índice de Basileia	14,95%	44%
Margem PR considerando RBAN	1.109.343	343.410

Em 31 de dezembro de 2023 o cálculo do índice de Basileia é realizado conforme novas regras específicas de capital prudencial. Em 31 de dezembro de 2022, o índice de Basileia é calculado individualmente para a sociedade SCFI.

18. RESULTADOS RECORRENTES E NÃO RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que:

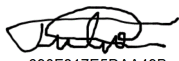
- I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e
- II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui valores de resultados não recorrentes.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui eventos subsequentes.

20. OUTROS ASSUNTOS

A companhia está estudando os impactos previstos pela implementação da regulamentação estabelecida pelas Resoluções BCB nº 4.966 de 25/11/2021. A referida Resolução estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças estão a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. O Plano de Implementação dos referidos normativos está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança: Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis. O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

DocuSigned by:

690F817E5DAA49B...

Tulio Xavier de Oliveira
Responsável Legal

DocuSigned by:

C430E001C3134E2...

Gabriel Parreira Faustino da Silva
Contador CRC-1SP301017/O-4